

CRIAÇÃO DE EMPREGO FORMAL EM UM CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DE AGENDA DO TRABALHO DECENTE: UMA ANÁLISE PARA OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE BAIANOS

Helcio de Medeiros Junior¹
Laumar Neves de Souza²
Tatiana de Andrade Spinola³

RESUMO

A existência desse desafio interpretativo tem como objetivo central descrever alguns traços específicos do mercado de trabalho celetista, no período que cobre os anos de 2001 a 2010, priorizando uma forma de análise que valorize as singularidades da evolução do emprego com carteira assinada nos Territórios de Identidade baianos. Para empreender esse exercício, utilizam-se os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que permitiu observar que grande parte do contingente de empregos gerados se deu em um número reduzido de municípios, pois segundo as informações obtidas apenas 27 de um total de 417 municípios baianos congregaram 62,6% dos empregos, e os Territórios de Identidade responsáveis por 60,2% dos postos de trabalho foram o Metropolitana de Salvador e o Portal do Sertão, nos quais os municípios de Salvador e Feira de Santana, as duas maiores cidades da Bahia, se destacam. De maneira geral, o maior volume de ingressantes nos postos de trabalho tinha 18 a 24 anos, ensino médio completo, percebendo salários entre 0,51 e 1,5 salário mínimo e em empresas localizadas no Território de Identidade Metropolitano de Salvador, e os demais são elegíveis apenas às relações precárias, tendo na informalidade sua porta de entrada no mercado de trabalho. Portanto, com o propósito de reduzir a desigualdade regional e pessoal de oportunidades do trabalhador baiano, conforme os pressupostos da Agenda do Trabalho Decente, esta investigação oferece elementos que permitam aos formuladores de políticas públicas um olhar menos conjuntural e mais estrutural.

Palavras-chave: Economia baiana; Emprego formal; Mercado de trabalho; Territórios de identidade; Trabalho assalariado.

GENERATING FORMAL EMPLOYMENT IN A CONTEXT OF IMPLANTATION OF THE DECENT WORK AGENDA: A REVIEW OVER TERRITORIES OF BAHIAN IDENTITY

ABSTRACT

The existence of this interpretative challenge has the main objective of to describe some specific features of the formal labor market in the period covering the years 2001 to 2010, prioritizing a form of analysis that emphasizes the uniqueness of development of formal employment in the Territories of Bahian identity. To undertake this activity, we applied to the General Register of Employed and Unemployed (CAGED), the Ministry of Labor and Employment (MTE), which allowed us to observe that large part of the quotas of new jobs occurred in a small number of municipalities, according to the information obtained, only 27

¹ Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestre em Economia Empresarial pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Economista e Pesquisador do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (GERURB-UNIFACS). E-mail: hmedeirosjunior@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais e Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (UNIFACS). E-mail: laumar.souza@unifacs.br

³ Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Engenheira Civil. Coordenadora do Curso de Engenharia de Produção da Universidade Salvador (UNIFACS). E-mail: tas.spinola@gmail.com



of a total of 417 municipalities in Bahia gathered 62.6% of jobs, and Identity Territories accounted for 60 2% of jobs were the Metropolitan Region of Salvador and the Portal do Sertão, in which the cities of Salvador and Feira de Santana, the two largest cities of Bahia, highlighted. Generally, the largest volume of entrants in new jobs was 18 to 24 years old, with high school educational level, earning wages between 0.51 and 1.5 minimum salary and working in companies located in Metropolitan Identity Territory of Salvador, and the others are eligible only to precarious job relations. In many cases precarious jobs represent for them the gateway to the labor market. Therefore, in order to to reduce the regional and personal inequality opportunities of Bahian worker, according to the premises of the Decent Work Agenda for Bahia, this research offers elements that allow public policy makers to have a less conjunctural and more structural vision.

Keywords: Bahian economy; Formal employment; Labour market; Identity territories; Wage labor.

JEL: J23, J31, J38

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica positiva da economia nacional no tocante à geração de postos de trabalho formais foi, indubitavelmente, uma questão que despertou grande interesse na sociedade brasileira e, por via de consequência, ganhou muito espaço nos mais diferentes veículos de comunicação, no decorrer da década passada. Nesse período, dado o “encantamento” provocado por esse fenômeno, interessava muito mais conhecer o volume de criação desses empregos do que fazer qualquer tipo de questionamento quanto à qualidade dos empregos que surgiam aos borbotões e em níveis recordes, em termos, por exemplo, do rendimento que ofereciam, bem como sobre a maneira como se distribuíam setorialmente e espacialmente no território nacional.

Em se tratando especificamente da Bahia, tornava-se indispensável assumir uma postura diferente do ponto de vista da análise dos dados que davam conta do rebatimento dessa expansão do emprego formal, em termos nacionais, no contexto particular da sua economia. Isso porque, em 2007, para não fugir à sua tradição de pioneirismo, a Bahia passou a ser o primeiro estado subnacional, em todo o mundo, a se comprometer com a criação e promoção de uma Agenda de Trabalho Decente, na qual se considera que esse tipo de trabalho é aquele adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna (MTE, 2006).

Vale notar que tal Agenda foi estruturada com base em oito eixos ou linhas de ação: trabalho doméstico; segurança e saúde no trabalho; juventude; erradicação do

trabalho infantil; serviço público; promoção da igualdade; eliminação do trabalho escravo e empregos verdes (BAHIA, 2007). Admitia-se que efetivação dos termos contidos em tais linhas de ação era condição *sine qua non* para que o estado conseguisse diminuir o seu enorme passivo social, caminhando, assim, na direção de um desenvolvimento menos excludente, em que o crescimento econômico pudesse resultar não apenas na geração de ocupação e renda, mas que essas ocupações pudessem se desenvolver em condições tais que se traduzissem em meios concretos para se alcançar condições de vida digna (BAHIA, 2007).

Nesse ponto, deve-se levar em conta que ao fazer referência à temática do Trabalho Decente, não se pode esquecer de mencionar que sobre ela paira muita controvérsia, sendo, por conseguinte, uma seara de debates ainda inconclusos, especialmente no que diz respeito a quais indicadores devem ser utilizados para aferi-la. Destarte, a tomada de determinados partidos interpretativos no debate que procura definir um conceito preciso para o que venha a ser Trabalho Decente pode resultar em grandes “armadilhas” e imprecisões conceituais.

Como bem lembra Souza (2010), vide, por exemplo, a situação em que, sob a inspiração da ideia de que é aquele protegido socialmente, o Trabalho Decente é tomado como sinônimo de trabalho formal, harmonizando-o, portanto, com a ideia de que é aquele exercido pelo conjunto de trabalhadores que integram o chamado núcleo duro do mercado de trabalho. Essa interpretação, conforme esclarece esse autor, por mais que seja bem intencionada e se avizinha do sentido de decente, não consegue revelar fielmente a verdadeira acepção que o termo decente procura manifestar.

Esse é um embaraço muito frequente no mercado de trabalho nacional, em geral, e baiano, em particular, haja vista que embora no plano da aparência certas situações possam ser perfeitamente alinhadas com essa concepção — uma vez que são portadoras do selo da formalização — também trazem, no seu DNA, algumas vicissitudes que por vezes limitam e em outras chegam a eliminar qualquer possibilidade de exercício pleno de um trabalho que possa ser qualificado como decente.

Em função da “armadilha” que pode resultar da associação direta e instantânea do conceito de Trabalho Decente à noção de formalização do trabalho, optou-se, neste artigo, por procurar nas estatísticas que dão conta da evolução do

trabalho formal baiano, entre os anos de 2001 e 2010, evidências que permitam avaliar a qualidade dos postos de trabalhos criados nesse horizonte temporal.

Busca-se alcançar esse intento priorizando-se uma forma de abordagem/leitura das informações que valoriza a dimensão intraestadual, o que significa imprimir um tipo de análise que procure destacar as singularidades da evolução do emprego com carteira assinada nos territórios de identidade baianos, observando em que medida tal processo se harmonizou com os termos da mencionada agenda.

A adoção dessa proposta analítica encontra fundamento no fato da Bahia ter passado, na década anterior, por mudanças profundas na sua estrutura produtiva, derivadas e/ou estimuladas por uma “onda” de investimentos, patrocinados tanto pelo capital privado quanto pelo poder público, que abriram e/ou consolidaram novas áreas dinâmicas do ponto de vista da geração de emprego e renda (PESSOTI, 2008). A confecção de um estudo com esse viés, portanto, parece ser tarefa prioritária, especialmente quando se pensa nas possibilidades futuras de crescimento da economia baiana e nos compromissos assumidos no contexto da sua Agenda do Trabalho Decente.

Feitas estas considerações, deve-se informar que o texto está dividido em cinco partes, das quais a primeira é esta introdução. Na segunda são discutidos os determinantes do crescimento recente da economia baiana. Na terceira, são feitos comentários acerca do comportamento do mercado de trabalho baiano e da expansão do emprego celetista. Na quarta, investe-se na sistematização das informações sobre geração de emprego celetista nos territórios de identidade. Por fim, na quinta, são esboçadas as considerações finais do estudo.

2 DETERMINANTES DO CRESCIMENTO RECENTE DA ECONOMIA BAIANA

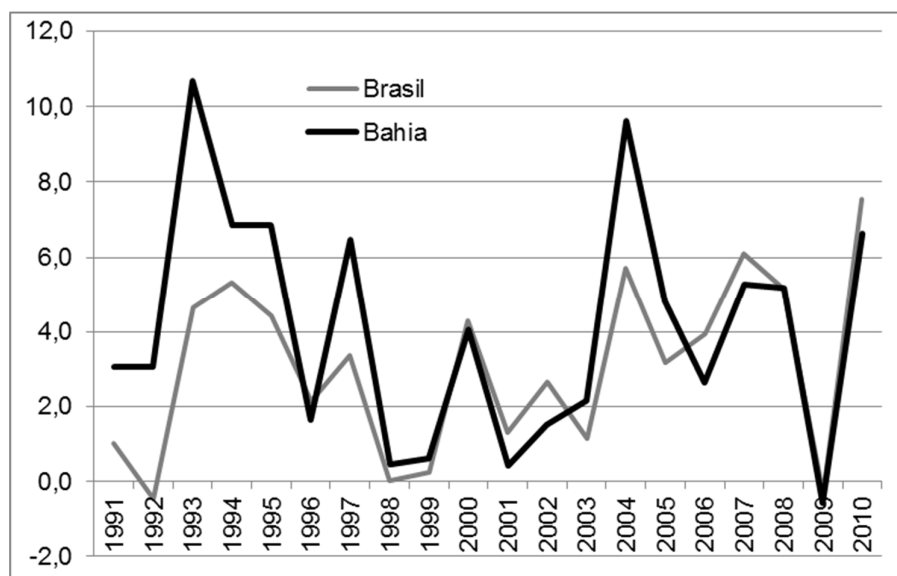
A economia baiana, apesar de apresentar comportamento destoante em termos de taxas de crescimento econômico anual, tem acompanhado a dinâmica da atividade econômica nacional desde o último decênio do século passado (Figura 1). Como resultado deste alinhamento, a taxa de crescimento média anual do Produto Interno Bruto (PIB) baiano no período compreendido entre os anos de 2000 e 2010 foi praticamente a mesma da apurada na economia nacional (3,7% e 3,6%, respectivamente), apesar da estrutura econômica expressa na participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto (VAB) ser diferente. Em

decorrência do crescimento econômico ligeiramente superior, a participação do PIB baiano no PIB nacional elevou-se entre os anos de 2000 e 2010 de 3,9% para 4,1%, e em termos regionais, a Bahia se mantinha em 2010 como o Estado mais importante da Região Nordeste em termos de geração de riqueza (30,4% do PIB), seguido por Pernambuco (18,8%) e Ceará (15,3%).

A estabilidade na participação do PIB baiano em relação ao nacional não era, no entanto, esperada, haja vista que ao longo dos anos mencionados importantes investimentos foram implementados no território baiano. Citam-se, como exemplo, os efeitos da duplicação da Refinaria Landulfo Alves (RLAM) em São Francisco do Conde terminada em 1998 e o Projeto Amazon, da Ford, relativo à instalação em Camaçari de um complexo produtor de automóveis, posto em operação em 2002, que segundo Carvalho Junior, Pessoti e Pereira (2002) seria capaz de elevar a participação do PIB baiano para, aproximadamente, 6%, a partir de 2003. Ainda segundo estes autores, este investimento trazia a esperança de que unidades fabricantes de autopeças viessem a se instalar, gerando cadeias produtivas que alavancariam ainda mais o crescimento econômico. Além destas inversões situadas na Região Metropolitana de Salvador (RMS), os autores mencionam que:

[...] outros importantes investimentos estão em curso, com destaque para os setores calçadista, papel e celulose, informática e agroindústria, principalmente no interior do Estado. Outro destaque fica por conta do incremento da produção química baiana, com a implantação da fábrica de fertilizantes e herbicidas da Monsanto na região de Camaçari. Tais investimentos, além de se constituírem em contínuo apoio à indústria de transformação, são fundamentais para a competitividade - inclusive internacional - do Estado (CARVALHO JUNIOR; PESSOTI; PEREIRA, 2002, p. 22).

Figura 1 – Taxa de crescimento do PIB, Brasil e Bahia, 1991-2010



Fonte: IBGE, Contas regionais.

Em que pese o fato do otimismo com o resultado das inversões programadas na área metropolitana e também no interior não terem levado a que a participação do PIB baiano na economia nacional se elevasse, esperava-se também que o conjunto de intervenções levaria à maior diversificação da estrutura industrial e da economia baiana, dinamizando o setor de Serviços em apoio às atividades industriais, a maior geração de empregos, renda e consumo.

No que diz respeito à mudança na participação dos setores econômicos no VAB entre os anos considerados (Tabela 1), se observaram aumentos no setor secundário (+1,4 ponto percentual, p.p.) devido, principalmente, a acréscimos na Indústria extrativa (1,0 p.p.) e na Indústria de transformação (0,7 p.p.), mas a relativa estabilidade no setor terciário é ilusória, já que algumas das atividades que o compõem apresentaram variações idênticas ou superiores às da atividade fabril. É o caso do Comércio (1,0 p.p.) e da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social (1,6 p.p.), complementadas pela Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados (0,8 p.p.). A julgar, portanto, pelas alterações na participação das atividades econômicas no VAB baiano, houveram modificações relevantes no período 2000-2010, que certamente alteraram a demanda de trabalho e a abertura de vagas formais.

Tabela 1 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos e índice de mudança estrutural das estrutura econômica da Bahia - 2000/2010

Atividades	Anos (%)		Índice de mudança estrutural (1)
	2000	2010	
Total	100,0	100,0	2,7
Agropecuária	8,8	7,2	0,8
Indústria	28,9	30,3	1,2
Indústria extrativa	0,7	1,7	-
Indústria de transformação	14,9	15,6	-
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	5,1	4,6	-
Construção civil	8,2	8,4	-
Serviços	62,4	62,5	3,4
Comércio	11,3	12,3	-
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,6	4,4	-
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	15,7	17,3	-
Outros serviços	31,8	28,5	-

Fonte: IBGE, Contas regionais.

(1) Valor calculado pelo somatório da diferença, em módulo, das participações segmentos no valor adicionado em 2000 e 2010.

Já quanto à mudança da estrutura econômica da economia baiana, não é possível aferir sua dimensão a partir da alteração individual na participação das atividades. Para tanto, e com base na proposição da United Nations Industrial Development Organization - UNIDO, o índice de mudança estrutural⁴ é mais adequado, permitindo, inclusive, observar em quais setores de atividade houve maior alteração. Segundo as informações relativas à participação das atividades econômicas no VAB nos anos 2000 e 2010, apesar da Indústria ter apresentado ganho de participação sua mudança estrutural foi menor ($M = 1,2$) que a dos Serviços ($M = 3,4$), que praticamente manteve o mesmo percentual. Este resultado

⁴ De acordo com a metodologia da UNIDO, elaborada em 1997, a mudança estrutural é captada entre os períodos (t) e (t-n) por um índice M para todas as atividades da estrutura, como segue: $M_t = \frac{(\sum_i |m_t - m_{t-n}|)}{2}$, onde i = cada atividade considerada; m_t = participação do valor adicionado da atividade i no período t; m_{t-n} = participação da atividade i no período t-n. O índice M_t pode assumir valores de zero a 100; o valor zero significa que não houve nenhuma mudança estrutural, enquanto 100 indica completa mudança estrutural.

pode sugerir que as oportunidades de inserção laboral em Serviços podem ter sido superiores às da Indústria, como se buscará avaliar nas sessões seguintes⁵.

Em termos regionais, e em razão da localização das atividades receptoras dos investimentos no território baiano, espera-se que maior demanda de trabalho, e, por conseguinte, maiores oportunidades de inserção laboral sejam observadas na RMS.

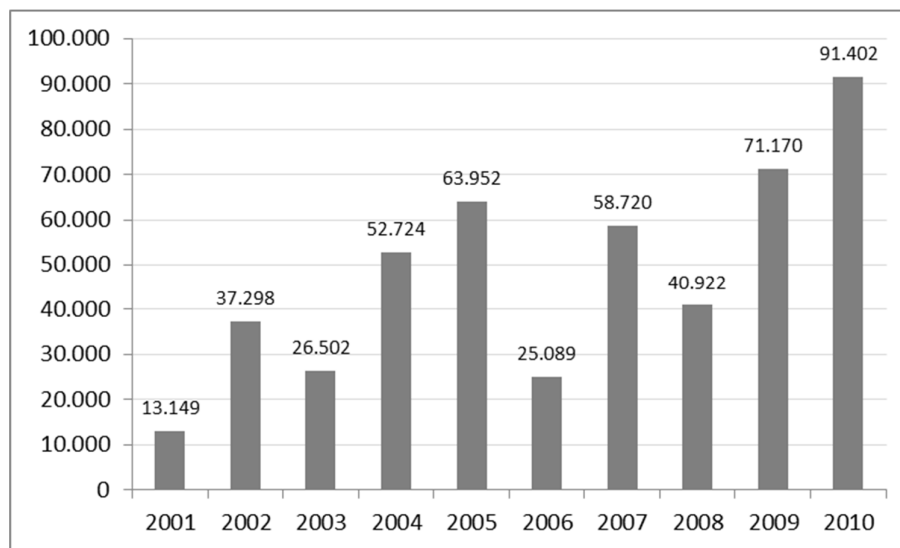
3 MERCADO DE TRABALHO BAIANO E EXPANSÃO DO EMPREGO CELETISTA

O mercado de trabalho nacional, na década passada, foi marcado por uma realidade diametralmente oposta àquela que prevaleceu nos idos dos anos 1990, sobretudo no que diz respeito ao comportamento da taxa de desemprego, que passou a apresentar um movimento de recuo. Tal movimento decorria, fundamentalmente, do processo de crescimento econômico que se manifestou e que deu lugar, por via de consequência, a um esquema de ampliação da geração de emprego formal, que, obrigatoriamente, levou a uma contração dos índices de informalidade e, também, contribuiu para rebaixar o nível de desemprego. Conforme vastamente relatado na literatura, esse novo cenário que se configurou, nos anos 2000, deveu-se, notadamente, ao aproveitamento das excepcionais condições de funcionamento da conjuntura econômica internacional, que conjugadas a um contexto interno de dinamização do investimento, do crédito, do consumo, dentre outros fatores, permitiram o crescimento dos PIB's brasileiro e baiano (DIEESE, 2012).

Espelhando essa espécie de ciclo virtuoso que se forjou, com maior ênfase a partir de 2004, o mercado formal de trabalho na Bahia saiu de uma geração de 13.149 empregos celetistas, em 2001, para 91.402, em 2010. Embora nessa comparação a geração de emprego tenha praticamente septuplicado, houve, no decorrer desse período, momentos em que a criação de vagas com carteira assinada do ano seguinte foi menor do que a registrada no ano imediatamente anterior (Figura 2).

⁵Deve-se ter em mente que perda de participação percentual não significa, necessariamente, queda em termos absolutos entre dois períodos de tempo (t e t+1). Uma atividade pode apresentar menor participação no VAB total em t+1 e ter apresentado crescimento nominal quando comparada à sua situação em t.

Figura 2 – Empregos formais gerados na Bahia - 2001-2010



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

Ressalte-se, por outro lado, que o mercado de trabalho baiano ainda convivia, em 2010, com um quadro bastante considerável de relações de trabalho claramente inseridas no âmbito da informalidade⁶. Para comprovar essa realidade, basta averiguar a distribuição dos ocupados segundo a posição na ocupação, resultante do Censo Demográfico 2010, para atestar que os trabalhadores que eram empregados sem carteira de trabalho assinada, os não remunerados em ajuda a membro do domicílio, os que trabalhavam na produção para o próprio consumo e os conta próprias respondiam por 61,8% do total da ocupação estadual. Também nesse particular a comparação com o quadro nacional é desfavorável à Bahia, posto que no conjunto do país esses trabalhadores representava 47,4% dos ocupados.

Na Bahia, os maiores saldos, em termos absolutos, ocorreram nos anos de 2007, 2009 e 2010⁷, e sua representatividade ante o conjunto do país atingiu os valores mais expressivos nos anos de 2009 (7,15%) e 2005 (5,10%). De modo contrário, os anos em que tal estado apresentou saldos menos representativos em relação aos saldos obtidos nacionalmente foram 2001 (2,22%); 2006 (2,04%) e 2008

⁶ Para se avaliar quais trabalhadores poderiam ser enquadrados no interior do setor informal, utilizou-se um dos recortes sugeridos por Saboia e Saboia (2004).

⁷ No Brasil, os anos de 2004, 2007 e 2010 foram os que apresentaram os maiores saldos. Ao longo do período em estudo, os dez estados brasileiros que geraram os maiores saldos de emprego foram, na ordem: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Ceará e Goiás.

(2,82 %). Mesmo em face do enfrentamento desses contratempos, não há como negar que o resultado final foi muito positivo em termos da expansão das oportunidades de trabalho com carteira de trabalho assinada.

Essa interpretação, porém, quando feita de forma isolada e precipitada, pode conduzir os analistas mais afoitos a concluir que o problema do desemprego no mercado de trabalho baiano foi superado e/ou deixou de ser importante. Definitivamente, esse não pode ser o olhar que deve prevalecer, pois, em 2010, era possível identificar, de acordo com o Censo Demográfico 2010, um expressivo contingente de trabalhadores (714.319) que estavam desempregados e que representavam 10,6% da População Economicamente Ativa (PEA) estadual (estimada em 6,56 milhões de trabalhadores), percentual esse que se situava bem acima do aferido no contexto nacional (7,6%). Avaliando mais pormenorizadamente essa informalidade que grassa na Bahia, chama atenção o fato dela ter se arrefecido entre os idos de 2000 e 2010. Quando se faz esse mesmo exercício para aferir o grau de informalidade que pairava no início da década anterior no mercado de trabalho estadual, chega-se a impressionante cifra de 68%. Ou seja, pouco mais de 2/3 dos trabalhadores baianos enfrentavam relações de trabalho marcadas pelo selo da informalidade.

Curiosamente, essa diminuição da representatividade das relações de trabalho ditas informais no contexto baiano, observada recentemente, não pode ser plenamente comemorada, pois traz, nas suas entrelinhas, um elemento que deve causar preocupação, haja vista que não foi de molde a reduzir a assimetria vigente na comparação com o quadro que prevalecia no plano nacional. Em outros termos, o que se está querendo afirmar é que se aprofundou a distância, em pontos percentuais, que separava os níveis de informalidade que eram contabilizados no país e na Bahia. Enquanto, em 2000, nesse estado o percentual de trabalhadores inscritos no contexto informal, segundo o recorte mencionado, era 13 pontos percentuais maior do que o medido nacionalmente, em 2010 essa diferença passa para a casa de 14,4 pontos percentuais.

Diante desses números, é possível inferir que houve uma queda mais pronunciada da informalidade na primeira década do século XXI no Brasil do que na Bahia. Considerando-se os valores que foram mencionados, vê-se que no Brasil a informalidade cedeu de 55% para 47,4%, entre 2000 e 2010, o que corresponde a

uma variação percentual negativa de 13,2%. Já na Bahia, a informalidade recuou de 68% para 61,8%, o que significa uma variação percentual negativa de 9,2%. À exceção de Pernambuco, todos os estados da região Nordeste experimentaram quedas maiores nos seus respectivos padrões de informalidade do que a registrada no cenário baiano.

Tabela 2 - Empregos formais gerados na Bahia, na Região Metropolitana de Salvador e Interior - 2001-2010

Ano	Bahia	Região Metropolitana de Salvador (RMS)	Interior	RMS/Bahia (%)	Interior/Bahia (%)
2001	13.149	4.704	8.445	35,77	64,23
2002	37.298	16.401	20.897	43,97	56,03
2003	26.502	5.746	20.756	21,68	78,32
2004	52.724	23.824	28.900	45,19	54,81
2005	63.952	36.057	27.895	56,38	43,62
2006	25.089	14.967	10.122	59,66	40,34
2007	58.720	30.255	28.465	51,52	48,48
2008	40.922	22.035	18.887	53,85	46,15
2009	71.170	39.965	31.205	56,15	43,85
2010	91.402	49.262	42.140	53,90	46,10

Fonte: MTE—CAGED, 2001-2010.

Voltando a se debruçar, especificamente, sobre as informações que revelam o comportamento da geração de emprego celetista na Bahia, cabe mencionar que entre os anos de 2001 e 2004, o interior do estado se destacou mais do que a RMS na criação de vagas com carteira assinada. Já de 2005 até 2010 essa situação se inverteu e a RMS passou a ter o protagonismo nesse quesito (Tabela 2).

Para se compreender esses movimentos, faz-se mister olhar para o “retrovisor da história” e observar alguns elementos que ditaram a política de atração de investimentos levada a cabo pela Bahia desde a década de 1990. Isso porque, nesse último decênio, uma parte dos estados da Federação não hesitou em lançar mão de expedientes como a concessão de incentivos fiscais, de modo a atrair o interesse do capital privado, trazendo, por conseguinte, para os seus respectivos territórios, novos projetos de investimentos (Andrade, 2009). Inquestionavelmente, o estado da Bahia foi um dos atores mais atuantes nessa verdadeira guerra fiscal travada entre parcela dos estados brasileiros, na qual, como já se fez referência,

cada um dos estados participantes tinha o objetivo de se fazer mais atraente ao capital privado, especialmente para aquele cuja procedência extrapolava as fronteiras nacionais. Prova maior da participação destacada da Bahia pode ser encontrada, por exemplo, no fato de que foram criados diversos programas específicos de incentivo à instalação de novos empreendimentos como o BahiaPlast, o Procobre, o relacionado ao Polo de Informática criado em Ilhéus, o Agroinvest, e o relativo ao processo de atração da montadora de automóveis Ford⁸.

Com efeito, conforme sugere Souza (2007), a supracitada política de atração de investimentos obteve êxito, pois, no período que compreende os anos de 1994 a 2005 foram realizados um conjunto de investimentos industriais em diferentes complexos, alguns já existentes e outros sendo implantados, que totalizaram, em termos monetários, um montante da ordem de aproximadamente R\$ 28 bilhões, com previsão de criação de 128.566 empregos diretos.

É crucial salientar que uma parte muito expressiva de todo esse conjunto de investimentos (46,5%), pouco menos que a metade, dirigiu-se para aquela área que historicamente sempre se constituiu no “caminho natural” para as inversões industriais no estado da Bahia, no caso a RMS. Isso, evidentemente, acabou reforçando ainda mais o peso e a importância de tal região no contexto da atividade econômica baiana. Outra parte também bastante significativa desses recursos (38,5%) dirigiu-se para a região Extremo Sul, consolidando, dessa forma, o complexo madeireiro lá existente.

Não obstante tenha havido essa inquestionável concentração de recursos na RMS e no Extremo Sul, outras regiões do estado passaram, também, mesmo que em escala proporcionalmente menor, a ser alvo de investimentos industriais. Curiosamente, essas outras regiões, apesar de terem recebido volumes de investimentos bem mais modestos, conseguiram implantar complexos industriais que, dada a natureza intrínseca que possuem, exigiram somas de recursos financeiros bem menos vultosas, mas que, no entanto, foram responsáveis pela maior parte do conjunto de empregos diretos previstos em função de toda a gama de

⁸ Não bastasse essa intensa atuação, dois outros elementos concorreram para que a Bahia conseguisse imprimir ainda mais visibilidade e efetividade à sua política de atração de investimento. O primeiro diz respeito ao incentivo adicional de cunho federal para os empreendimentos que estabelecem raízes em áreas de atuação da SUDENE. O segundo, por seu turno, deriva do processo de Reforma do Estado, encampado a partir de 1991, do qual resultou um profundo ajuste administrativo, fiscal e financeiro.

investimentos realizados no estado durante os anos de 1994 a 2005. Sem sombra de dúvida, com a confirmação desses empregos, muito provavelmente as economias desses eixos econômicos passaram a ter contornos muito mais dinâmicos, situação essa que reverberou nos seus respectivos mercados de trabalho.

Essa supremacia da RMS na expansão das oportunidades de trabalho com carteira assinada na segunda metade dos anos 2000 tem, por certo, muito a ver com a dinâmica que se configurou em termos de distribuição dos investimentos industriais. Provavelmente, essas inversões trouxeram reflexos muito benfazejos para o tecido econômico da economia baiana, em geral, e dessa região, em particular, porque favoreceu o crescimento dos negócios no setor de serviços, o que acabou refletindo, por via de consequência, na abertura de postos de trabalho formais. Isso é facilmente constatado na Tabela 3, onde se tem a evolução dos empregos formais por setor de atividade. Como se pode observar, no período que cobre os anos de 2001 a 2010 o setor de serviços foi aquele que apresentou o maior saldo de empregos com carteira assinada (195.303 vagas).

Tabela 3 - Empregos formais gerados por setor de atividade na Bahia - 2001-2010

Setor de atividade	2001-2002	2003-2004	2005-2006	2007-2008	2009-2010
Extrativa Mineral	228	2.131	949	915	1.700
Indústria da Transformação	10.949	21.563	17.525	14.526	22.000
Ser. Ind. Util. Pública	-56	-92	1.279	189	1.278
Construção Civil	-10.186	-2.880	7.184	13.391	43.168
Comércio	16.501	22.134	30.269	28.342	32.504
Serviços	28.945	29.615	37.574	38.872	60.297
Administração Pública	-1.092	-1.850	-1.664	1.718	165
Agropecuária	4.920	8.590	-4.075	1.689	1.460
Outros	238	15	0	0	0

Fonte: MTE—CAGED, 2001-2010.

O setor da Construção Civil, por sua vez, experimentou no decorrer do período em foco uma dinâmica completamente diferente daquela que passou o setor de Serviços. Isso porque, depois de registrar saldos de empregos negativos nos primeiros quatro anos da série em análise, consegue reverter o sinal desse saldo nos biênios seguintes, e passa a apresentar uma expansão jamais vista, apurando

no biênio 2009/2010 um saldo de emprego extraordinário da ordem de 43.168 vagas (o que respondia por 26,6% de todo o emprego celetista gerado nesse período).

Tal desempenho da Construção Civil resultou de um conjunto de medidas adotadas pelo governo federal no sentido de minimizar os efeitos colaterais que a crise financeira internacional provocou (BAHIA, 2009). Ao se detalhar o saldo de emprego da Construção Civil no período em questão, vê-se que foi puxado pelas atividades relacionadas às obras de construção de edifícios e de infraestrutura. Em se tratando da construção de edifícios registrou-se a edificação de *shoppings centers* e de grandes prédios residenciais e comerciais, que foram facilitados pela política de expansão do crédito que passou a vigorar. No caso da infraestrutura, havia a perspectiva de conclusão do metrô e a execução da construção de sistemas de saneamento em função das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), notadamente em Salvador. Nesse particular, também podem ser citadas as obras construção da Via Expressa Baía de Todos os Santos.

4 A GERAÇÃO DE EMPREGO NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

A primeira coisa a dizer nesta seção, parte em que se mergulha de forma objetiva na análise das informações sobre a geração de emprego nos territórios de identidade, é que tais territórios constituem-se em uma nova divisão regional que passou a ser utilizada pelo Estado da Bahia a partir de 2007. Essa regionalização foi “adaptada” do modelo dos “Territórios Rurais”, adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e sua implantação segue uma diretriz do governo federal, objetivando uma maior articulação no relacionamento entre o estado e a federação.

Dito isso, tem-se que ao observar a distribuição do saldo de empregos, no período 2001-2010, nos territórios de identidade baianos, a informação que mais salta aos olhos é o fato do território Metropolitano de Salvador⁹ ter concentrado, em termos acumulados, metade do saldo que foi apurado para a Bahia (50,3%). A macrocefalia desse território, do ponto de vista da sua importância no quesito geração de vagas de trabalho com carteira assinada, se deve fundamentalmente à performance da capital baiana, posto que somente Salvador respondeu por 35,5%

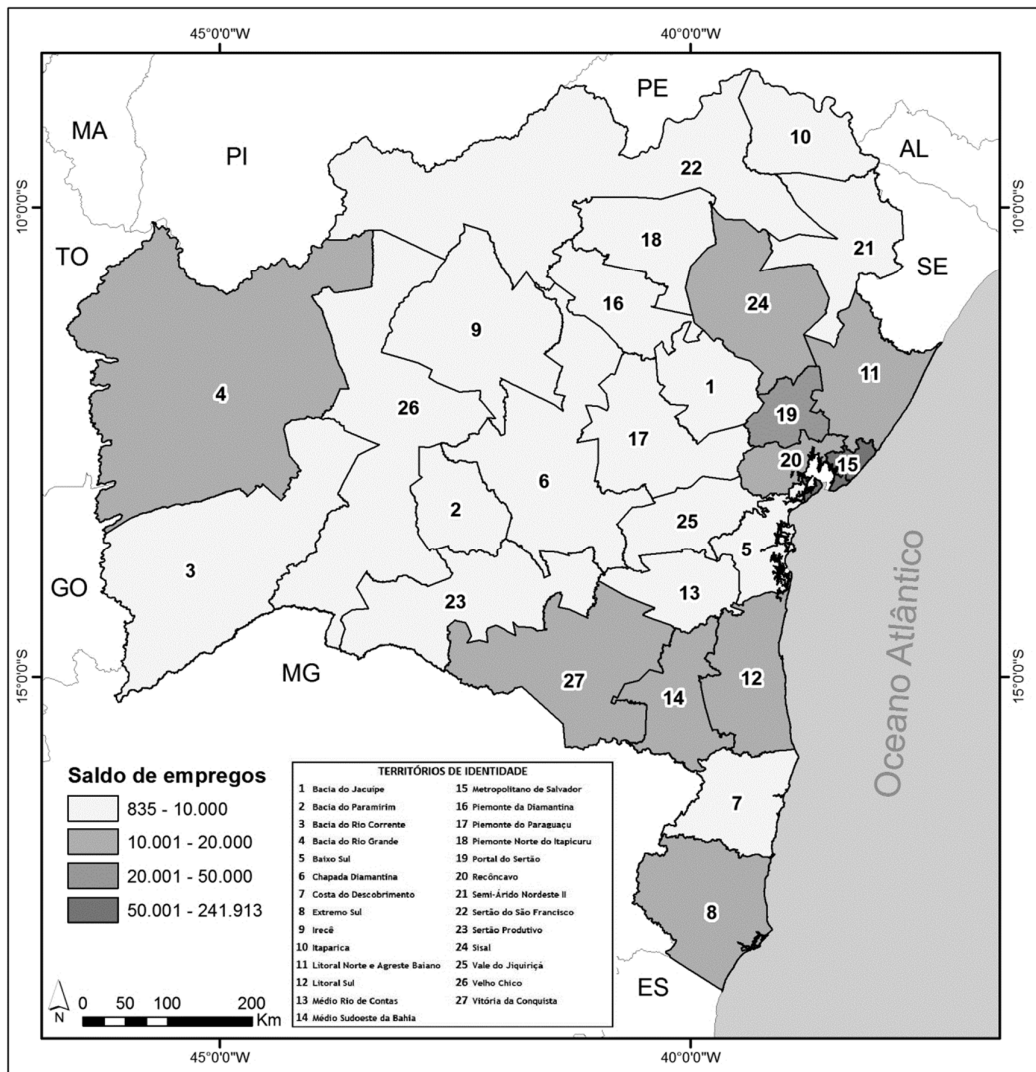
⁹ O território de identidade Metropolitana de Salvador é composto pelos municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz.

dos empregos criados em todo o estado. A estruturação desse quadro é deveras preocupante, não apenas porque expõe, de maneira categórica, a fenomenal concentração do emprego celetista (Figura 1), mas também por revelar uma situação de elevada assimetria no próprio interior desse território, no que tange à abertura das oportunidades de trabalho no setor formal.

O município de Feira de Santana (situado no território Portal do Sertão), por seu turno, ocupou a segunda colocação nesse ranking, com a criação de 37.740 empregos. A concentração do emprego formal nos territórios de identidade em que estão localizadas as duas maiores cidades do Estado (Salvador e Feira de Santana) evidencia-se mais ainda quando se constata que, somente neles dois, concentraram-se 43,3% de todo o emprego com carteira assinada que foi gerado na Bahia, no período em foco.

Ainda quanto à questão da concentração dos empregos no território Metropolitano de Salvador, pode-se buscar uma melhor compreensão deste cenário ao se avaliar a distribuição do saldo de empregos por setor de atividade. Conforme já demonstrado, o setor Serviços apresentou um grande destaque em termos de empregos gerados no Estado no período considerado. Esta situação se repete também para o território Metropolitano de Salvador, que apresentou uma participação de 54% no saldo de empregos gerados para este setor, seguido pelo comércio (19%), construção civil (15%), indústria (11%) e, por último, agropecuária.

Figura 3 - Empregos formais gerados por Território de Identidade da Bahia, 2001-2010



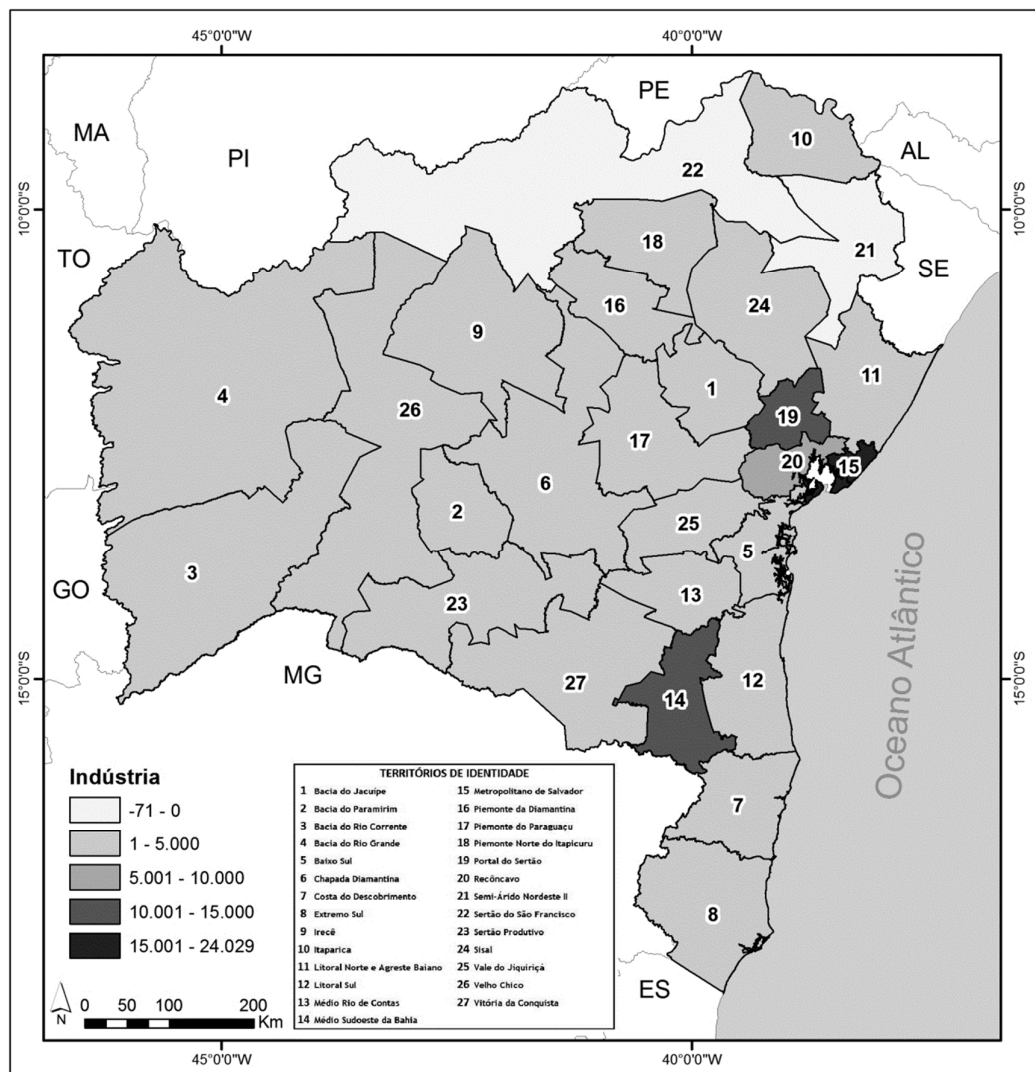
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

Já no Portal do Sertão, o segundo território de identidade com maior representatividade nos empregos gerados no Estado, a indústria ocupava o primeiro lugar entre os setores de atividade com maior saldo de empregos no período, seguido pelo comércio, serviços, construção civil e agropecuária.

Uma distribuição diferente ocorreu para o setor indústria. Apesar do território Metropolitano de Salvador ter tido a maior participação no saldo de empregos gerados pelo setor, o segundo território com maior representatividade foi o Médio Sudoeste da Bahia, seguido pelo Portal do Sertão em terceiro, Recôncavo, em

quarto, e Médio Rio de Contas, em quinto (Figura 2). Em se tratando do setor agropecuário, os territórios que obtiveram maior destaque na geração de empregos formais em termos absolutos foram, em ordem decrescente: Chapada Diamantina, Bacia do Rio Corrente e Litoral Norte e Agreste Baiano.

Figura 4 - Empregos formais gerados por Território de Identidade da Bahia na indústria - 2001-2010



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

4.1 O perfil do emprego gerado

A análise do perfil dos postos de trabalho abertos nos territórios de identidade baianos no período em questão demonstrará, por um lado, as preferências dos demandantes de trabalho em vista do propósito de absorver o que há de melhor ao

menor custo, e por outro, a necessidade premente do posicionamento das entidades que se debruçam sobre os pressupostos mínimos de uma agenda de trabalho decente. Nesta sessão, o olhar do ponto de vista etário e remuneratório já trará elementos para tanto.

Tabela 4 - A Empregos gerados nos Territórios de Identidade da Bahia segundo a faixa etária - 2001-2010

Território de identidade	Até 17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	65 anos ou mais	Total
Total	26.565	385.525	83.299	32.885	-11.580	-30.297	-5.526	480.779
Irecê	158	2.071	652	243	-182	-111	-14	2.816
Velho Chico	178	2.049	571	441	3	-176	-28	3.043
Chapada Diamantina	142	3.483	1.049	667	16	-153	-21	5.174
Sisal	321	7.054	2.625	2.190	433	-21	-66	12.532
Litoral Sul	1.263	15.310	809	-1.134	-1.996	-2.260	-344	11.671
Baixo Sul	303	4.655	647	-429	-333	-393	-41	4.413
Extremo Sul	1.908	11.374	935	9	-852	-1.355	-358	11.608
Médio Sudoeste da Bahia	220	12.945	1.580	1.573	595	-102	-86	16.714
Vale do Jiquiriçá	91	1.686	176	-383	-403	-272	-45	843
Sertão do São Francisco	1.042	8.553	373	-1.086	-1.314	-1.174	-154	6.238
Bacia do Rio Grande	1.800	10.759	1.329	-325	-558	-660	-59	12.313
Bacia do Paramirim	26	677	225	111	-38	-26	-5	970
Sertão Produtivo	701	6.995	1.447	912	-126	-541	-112	9.310
Piemonte do Paraguaçu	126	2.696	386	34	-155	-212	-33	2.855
Bacia do Jacuípe	124	2.188	221	156	68	-50	-10	2.700
Piemonte da Diamantina	248	3.114	1.038	581	89	-194	-34	4.836
Semi-Árido Nordeste II	100	2.065	448	181	8	-99	-18	2.682
Litoral Norte e Agreste Baiano	452	14.321	2.890	1.320	-334	-768	-132	17.734
Portal do Sertão	1.869	35.772	6.993	3.616	832	-1.048	-369	47.696
Vitória da Conquista	1.989	14.094	2.739	1.439	137	-648	-207	19.536
Recôncavo	644	13.267	3.410	2.271	181	-618	-149	19.024
Médio Rio de Contas	334	6.694	1.077	126	-255	-513	-110	7.358
Bacia do Rio Corrente	167	2.170	829	282	16	-141	-10	3.309
Itaparica	266	2.050	-141	-382	-375	-474	-114	835
Piemonte Norte do Itapicuru	132	3.058	876	469	-281	-284	-51	3.922
Metropolitano de Salvador	10.495	187.259	49.029	20.915	-5.809	-17.058	-2.755	241.913
Costa do Descobrimento	1.466	9.166	1.086	-912	-947	-946	-201	8.734

Fonte: MTE—CAGED, 2001-2010

Com relação à composição etária dos trabalhadores empregados no período (Tabela 4), tem-se que a faixa de idade de 18 a 24 anos foi a que apresentou a maior participação, representando 80% do total, seguida pela faixa de 25 a 29 anos (17%) e 30 a 39 anos (7%). Nas faixas seguintes percebe-se a ocorrência de saldos negativos, ou seja, houve mais demissão que contratação para pessoas com idade superior a 40 anos no período. Neste particular, destaca-se a faixa de idade de 50 a

64 anos, na qual se registra a maior incidência de valores negativos. Este cenário aponta para uma renovação do mercado com a entrada de novos profissionais e o afastamento dos profissionais mais experientes, em idades mais avançadas das atividades formais com carteira assinada. Estes profissionais, por sua vez, podem estar exercendo atividades sem carteira assinada, compondo o contingente pertencente ao setor informal da economia.

Esse padrão etário, como não poderia deixar de ser, encontra-se perfeitamente compatível com o padrão educacional dos trabalhadores que ocuparam as referidas vagas com carteira assinada. Isso porque, a maior parte deles (68,7%) tinha como maior credencial educacional a conclusão do 2º grau. Inequivocamente, esse foi um sinal do mais elevado grau de seletividade do mercado de trabalho formal, materializado nas maiores exigências educacionais que passaram a serem cobradas dos trabalhadores para que pudessem conseguir um emprego formal. A respeito desse resultado, é preciso ter em mente que o mesmo foi condicionado não apenas por questões de natureza estritamente técnica, ligadas à complexificação do exercício de determinadas atividades laborais, mas resultou também da existência de uma excessiva oferta de mão-de-obra, contexto esse que estimulou as empresas a se tornarem mais exigentes quanto à qualificação dos trabalhadores.

Se por um lado a demanda de trabalho por parte das empresas se beneficiou da força de trabalho disponível ao absorver trabalhadores de estratos etários mais jovens e com maior qualificação educacional, os custos de contratação foram também amplamente favoráveis quando se consideram os empregos formais gerados segundo a faixa salarial. A grande maioria dos postos de trabalho abertos ao longo do período considerado correspondeu à faixa de 0,51 a 1 salário mínimo (Tabela 5), cuja maior incidência se deu nos territórios de identidade do interior, superando o resultado apresentado na faixa posterior (de 1,01 a 2 salários mínimos). Entretanto, excetuando-se situações específicas cobertas por acordo entre as partes no caso de trabalhador com jornada reduzida, a inserção no estrato de 0,51 a 1 salário mínimo carece de amparo legal, haja vista que não é permitida a contratação de empregado com remuneração inferior a um salário mínimo. Assim, flexibilizando ao limite a hipótese de que a potencial ausência de fiscalização trabalhista em regiões interioranas possa estar causando perdas aos trabalhadores, ao capitalista

demandante de trabalho que se apropria do diferencial de poder em seu favor em razão da maior oferta de trabalho, o custo incorrido na absorção de trabalhadores jovens e mais escolarizados foi plenamente vantajoso. Cabe considerar, inclusive, que estas condições lhe permitiram dispensar trabalhadores com remuneração superior, uma vez que a distribuição espacial da geração de empregos por faixa salarial (Tabela 5) demonstra redução no número de empregos formais gerados com faixa de renda acima de 2 salários mínimos na maioria dos territórios de identidade. Isto posto, resta claro que a renda auferida pelos trabalhadores admitidos ou reempregados com baixos níveis remuneratórios não poderá manter o dinamismo da economia dos territórios de identidade nos quais se inseriram, haja vista a perda de renda daqueles que foram desligados, gerando assim uma redução dos gastos e do padrão de vida geral.

Tabala 5 - Empregos gerados por Território de Identidade da Bahia segundo a faixa de salário - 2001-2010

Territórios de Identidade	Até 0,5 salário mínimo	De 0,51 a 1,0 salário mínimo	De 1,01 a 1,5 salários mínimos	De 1,51 a 2,0 salários mínimos	De 2,01 a 3,0 salários mínimos	De 3,01 a 4,0 salários mínimos	De 4,01 a 5,0 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
Total	9.335	389.799	195.081	25.150	-36.332	-28.426	-21.338	-53.780
Irecê	74	3.889	-687	-35	-280	-1	-56	-116
Velho Chico	14	2.902	1.482	44	-398	-371	-284	-353
Chapada Diamantina	50	3.308	1.696	11	29	54	-12	-76
Sisal	7	12.973	-1.374	198	384	401	37	6
Litoral Sul	409	24.834	-9.506	-1.484	-1.064	-250	-380	-1.174
Baixo Sul	286	4.774	1.891	-247	-650	-861	-424	-515
Extremo Sul	177	11.868	12.373	-1.598	-4.088	-2.574	-1.505	-2.527
Médio Sudoeste da Bahia	43	32.806	-15.302	-287	-272	-89	-18	-168
Vale do Jiquiriçá	-234	600	1.267	-158	-207	-67	-43	-153
Sertão do São Francisco	138	15.113	1.515	-6.666	-2.277	-475	-334	-893
Bacia do Rio Grande	851	16.724	10.245	-1.219	-5.973	-3.069	-2.126	-3.469
Bacia do Paramirim	1	893	35	-13	73	-2	13	-32
Sertão Produtivo	190	8.981	917	-154	-300	-49	-24	-190
Piemonte do Paraguaçu	133	4.477	-1.395	-68	-146	-36	-20	-97
Bacia do Jacuípe	-7	4.111	-1.195	-83	-99	11	-7	-31
Piemonte da Diamantina	82	5.215	996	272	-408	-526	-352	-485
Semi-Árido Nordeste II	59	4.079	-1.346	-19	-41	11	-14	-62
Litoral Norte e Agreste Baiano	186	13.263	5.834	3.345	68	-557	-392	-4.059
Portal do Sertão	479	28.761	23.642	987	-3.447	-1.006	-713	-1.274
Vitória da Conquista	736	35.766	-2.678	-1.449	-5.802	-3.477	-1.794	-1.759
Recôncavo	206	18.063	1.591	4.329	2.266	-1.501	-1.628	-4.438
Médio Rio de Contas	24	8.916	-487	-783	-80	43	-113	-187
Bacia do Rio Corrente	44	3.418	2.896	12	-1.864	-729	-284	-278
Itaparica	189	2.820	-1.101	-391	-381	-3	-67	-261
Piemonte Norte do Itapicuru	145	4.826	-523	231	31	-144	-76	-574
Metropolitano de Salvador	5.068	109.244	156.254	32.282	-10.066	-11.872	-9.788	-29.451
Costa do Descobrimento	-15	7.175	8.041	-1.907	-1.340	-1.287	-934	-1.164

Fonte: MTE—CAGED, 2001-2010.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além de uma leitura do comportamento do emprego formal baiano circunscrita à Região Metropolitana de Salvador, ou extensiva a todo o Estado, este trabalho procurou demonstrar como evoluiu a geração de empregos nos Territórios de Identidade da Bahia, permitindo avaliar o desempenho de cada região em particular, segundo a faixa etária, a escolaridade, setor de atividade e faixa salarial dos trabalhadores.

As transformações ocorridas na estrutura econômica baiana, ao longo do período 2000-2010, sugeriam que o setor que apresentou a maior mudança estrutural (terciário) seria aquele no qual se manifestariam maiores oportunidades de absorção de mão de obra. Neste particular, e segundo a tipologia adotada pelo CAGED/MTE, estariam inseridas as atividades do Comércio, de Serviços e da Administração pública. Segundo a evolução da geração de emprego por setor de

atividade nos territórios, 67,0% ocorreram no terciário e 30,3% no secundário, os mesmos que apresentaram os maiores índices de mudança estrutural.

Em termos espaciais, grande parte do contingente de empregos gerados se deu em um número reduzido de municípios. Segundo as informações obtidas, apenas 27 de um total de 417 municípios baianos congregaram 62,6% dos empregos, e os Territórios de Identidade responsáveis por 60,2% dos postos de trabalho foram o Metropolitana de Salvador e o Portal do Sertão, nos quais os municípios de Salvador e Feira de Santana, as duas maiores cidades da Bahia, se destacam. Por mais que um conjunto de investimentos tenha sido implementado na Bahia, e em razão de sua existência a demanda de trabalho tenha se elevado, nem todos os territórios foram por eles alcançados.

Esta excessiva concentração de empregos gerados reflete a grande desigualdade de oportunidades de inserção laboral do trabalhador baiano em relações de maior qualidade. De maneira geral, o maior volume de ingressantes nos postos de trabalho tinha 18 a 24 anos, ensino médio completo, percebendo salários entre 0,51 e 1,5 salário mínimo e em empresas localizadas no Território de Identidade Metropolitano de Salvador. Tendo em vista estas características, os trabalhadores que destoam, seja quanto atributos pessoais, de residência ou de retorno esperado (faixa salarial), são elegíveis apenas às relações precárias, tendo na informalidade sua porta de entrada no mercado de trabalho. Não é por outro motivo que, segundo dados censitários, em 2010 havia mais da metade das relações de trabalho caracterizadas como informais na Bahia.

Portanto, se há, ou se pretende que haja uma agenda de Estado que tencione minorar a desigualdade regional e pessoal de oportunidades do trabalhador baiano, proposta esta que se identifica com os pressupostos da Agenda do Trabalho Decente que foi proposta para a Bahia, esta investigação oferece elementos que permitam aos formuladores de políticas públicas um olhar menos conjuntural e mais estrutural, mesmo que seu propósito tenha sido observar a evolução na primeira década do presente século.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fabiana Karine S. Análise dos investimentos industriais previstos para a Bahia por Territórios de Identidade e setores de atividade econômica entre 2008 e 2012. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 162, p. 22-7, 2009.

BAHIA. Governo da Bahia. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. **Agenda Bahia do Trabalho Decente**. Salvador: Governo da Bahia, 2007. 17 f.

Disponível em:

<http://www2.setre.ba.gov.br/trabalhodecente/agenda_bahia_do_trabalho_decente.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2010.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **Boletim especial do Caged**: construção civil. Salvador: SEI, jul. 2009. Disponível em:

<http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/boletins_especiais/boletim_especial_CAGED_set09.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda Nacional do Trabalho Decente**. Brasília: MTE. 2006. 19 p. Disponível em:

<<http://www.oit.org.br/node/298>>. Acesso em: 8 nov. 2010.

CARVALHO JUNIOR, César Vaz de, PESSOTI, Gustavo Casseb, PEREIRA, Ítalo Guanais Aguiar. **Panorama da economia baiana sob a ótica do PIB – 1975/2000**. Salvador: SEI, 2002. p. 7-23. (Série Estudos e Pesquisas, 57).

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, São Paulo, DIEESE, 2012.

PESSOTI, Gustavo Casseb. **Um estudo da política industrial na Bahia entre 1950 e 2005**. 2008. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) - Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador, 2008.

SABÓIA, João; SABÓIA, Ana Lucia. **Caracterização do Setor Informal a partir dos Dados do Censo Demográfico do Brasil de 2000**. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: <<http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/saboia2.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2014.

SOUZA, Laumar Neves de. **Dinâmica econômica e seus impactos nas estratégias de inserção feminina no mercado de trabalho da RMS**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). UFBA – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: 2007.

SOUZA, Laumar Neves de. Evolução do emprego formal na Bahia nos anos 2000: aproximações ao trabalho decente? **Revista Bahia Análise & Dados**, n. 20, p. 403-421, 2010.